

**CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – ABRIL/2021**

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
<b>Até dia 23</b>	As pessoas jurídicas e demais entidades deverão enviar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) inativa.  OBS.: Desde que esteja em situação inativa ou que não tenham débitos a declarar, a partir do 2º (segundo) mês em que permanecerem nessa condição.	Inciso IV, do artigo 5º, da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
<b>Até dia 23</b>	A Prefeitura deve apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de fevereiro de 2021.  OBS.: A DCTF deverá ser elaborada para informar o PASEP transferido à União, como também, as retenções e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos a outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, quando houver a retenção no mês de competência.	“caput”, do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
<b>Até dia 23</b>	Os órgãos públicos do Poder Executivo do Município, a Câmara, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pela administração pública do Município, bem como, os consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, devem apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de fevereiro de 2021.  OBS.: A DCTF deverá ser elaborada somente quando houver a retenção no mês de competência, e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos à outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros.	“caput”, do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
<b>Até dia 23</b>	Os municípios devem comunicar à Receita Federal do Brasil – RFB, sobre a regularidade na inscrição municipal ou, quando exigível, na estadual, das ME ou EPP que iniciaram suas atividades no ano-calendário da opção, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 10 (dez) ao dia 19 (nove) deste mês.	Alínea “c”, do inciso III, do § 5º, do artigo 6º, da Resolução CGSN nº 140/2018.
<b>Até dia 23</b>	Os municípios devem recolher 1% da receita arrecadada no mês anterior ao PASEP.  OBS.: A Prefeitura deve observar as novas regras para apuração da base de cálculo para aplicação do percentual relativo ao PASEP.	Art. 18, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, com a redação dada pela Lei nº 11.933/2009. Inc. III c/c § 7º, do artigo 2º, da Lei nº 9.715/1998. Notas Técnicas nºs 20 e 22/2013, da GEPAM.
<b>Até dia 23</b>	As Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes (todos municipais), deverão enviar alterações de cadastros contábeis do mês de março de 2021 (balancetes isolados e conjuntos – quando couber).	Comunicado SDG nº 57/2020, do TCE-SP.

Atenciosamente,

GEPAM, 22 de abril de 2021.

